



## ATA DA CXXXVIII 138ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE de 16.07.12

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e doze, às dezoito horas e quarenta minutos, no auditório da Amunesc, Rua Max Colin, 1843, Centro, realizou-se a centésima trigésima oitava Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Valmor João Machado, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida fez a leitura da pauta da reunião: **PAUTA 1 - EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião – 5'; 1.2 Comunicados e Informes da Secretaria Executiva – 15'; **2 - ORDEM DO DIA: 2.1** – Apresentação e aprovação das Diretrizes e Estratégias do Plano Municipal de Saúde 2014 - 2017 – Grupo de Estudos – 60'; **2.2** – Apresentação e aprovação do Programa Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Tipo II – 30'; **2.3** – Apresentação e aprovação do Parecer nº 001/12, da Comissão de Ética e Conduta, referente à denúncia envolvendo uma conselheira local de saúde – 15'; **2.4** – Apresentação e aprovação do Parecer nº 002/12, da Comissão de Ética e Conduta, referente à denúncia de politicagem em reunião do Conselho Municipal de Saúde – 15'; Foi solicitado inversão de Pauta, entre os itens 2.1 e 2.2. **A Pauta e a inversão de Pauta foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** Na sequência, conselheira Michele de Souza Andrade, vice-presidente da Mesa Diretora, procedeu a leitura dos **INFORMES GERAIS:** 1) A Secretaria Executiva informa que o CLS Morro do Meio volta a fazer parte da composição do Conselho Municipal de Saúde, e indica como seu representante a conselheira Marli Lipinski Wulff; 2) Informamos que em cumprimento do Artigo 6º do Regimento Interno do CMS: *“II – A cada ano, o conselho local ocupante da vaga de titular, será substituído pelo conselho local suplente, ou seja, o conselho suplente assume a titularidade e o titular passa a ser suplente”*, a partir de hoje, acontece a inversão de titularidade dos Conselhos Locais de Saúde na composição do CMS; 3) Ofício nº 0496/12-15PJ (15ª Promotoria de Justiça), recebido em 27.06.2012, solicitando confirmação do recebimento do Relatório Anual de Gestão por parte do CMS; 4) Ofício nº 338/12- 23ª GERSA (23ª Gerência de Saúde), recebido em 28.06.2012, comunicando que por dificuldades encontradas por seus representantes em participar das reuniões do CMS, a instituição não mais fará parte da composição do Conselho, pelo segmento governo; 5) Ofício nº 108- SAS (Secretaria de Assistência Social), recebido em 28.06.2012, informando que a primeira reunião do Forum Permanente do Diagnóstico Social, com vistas à criação do Plano Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, acontecerá no dia 23.07.2012, às 8h30 na Casa dos Conselhos – Rua Afonso Pena, 840 – Bucarein; 6) O Conselho Local do Vila Nova Centro, com apoio da UBS, estará promovendo uma tarde de atividades relacionadas à Saúde do Homem, no dia 08 de agosto de 2012, com início às 14h, no Galpão da Paróquia Nossa Senhora Medianeira. Convidam todos a participar!; 7) Ofício nº 599/2012-FCJ (Fundação Cultural de Joinville), recebido em 09.07.2012, solicitando indicação de membro para representar o CMS no Conselho Consultivo da Rádio Joinville Cultural FM (105.1), na gestão 2012/2014; Demonstrou interesse a conselheira Rosinete Fátima Ferreira Neto; 8) Correspondência da Instituição Bethesda, recebido em 12.07.2012, pleiteando vaga junto ao CMS; 9) Ofício nº 06- Ouvidoria SMS, recebido em 13.07.12, encaminhando conforme solicitação, as ocorrências recebidas da UBS Vila Nova Centro, referente ao mês de junho; 10) Memorando Interno nº 038/2012- Contabilidade da SMS, recebido em 13.07.2012, encaminhando relatório contábil referente ao mês de junho 2012; 11) Ofício nº 1865/2012-



MPF (Ministério Público Federal), recebido em 13.07.2012, solicitando relatório de fiscalização realizada pelo CMS no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt; A secretária executiva, senhora Sandra Helena, informou que em resposta, será encaminhado Parecer da Comissão de Assuntos Externos, relatando visita realizada pela comissão; 12) A Secretaria Executiva informa a necessidade de substituição das indicações de representantes do CMS, em Comissões de Acompanhamento de Contratos e/ou Convênios (CAC), Comitês e Conselhos Gestores e/ou Administrativos; Michele informou que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) está sendo penalizada, pela falta de participação de conselheiros nas comissões de acompanhamento de convênios, e como o CMS não está realizando novas indicações, a SMS responsabilizará o CMS para responder junto ao DENASUS. Para a CAC com o Hospital Municipal São José (HMSJ), apresentou-se o conselheiro Tônio Tromm, representante do Conselho Local de Saúde do São Marcos, segmento dos usuários. Para a Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão com a Organização Nossa Senhora das Graças, para administração do Hospital Materno Infantil Dr Jeser Amarante Faria (HMIJAF), apresentaram-se os conselheiros Lorival Pisetta, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Público e Privado (SEESSJR), segmento profissionais de saúde, e o conselheiro Luiz Manoel Ferreira Vasconcelos, representante do Conselho Local de Saúde do Floresta, segmento dos usuários, titular e suplente, respectivamente. Para a CAC com o Hospital Bethesda, acrescentou-se como suplente o conselheiro Giscard Siervo Conte, representante do Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas Patologia Clínica de Anátomo-Citopagologia no Estado de Santa Catarina (SINDLAB), segmento prestadores de serviço. Para a CAC com a Maternidade Darcy Vargas, apresentou-se como suplente o conselheiro Giscard Siervo Conte, representante do SINDLAB, segmento prestadores de serviço. Para a CAC com o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS), apresentaram-se os conselheiros Marcilio da Silveira, representante do conselho local de saúde Leonardo Schlickmann, segmento usuários, e Valmor João Machado, representante da Associação dos Diabéticos de Joinville (ADIJO), segmento usuários, titular e suplente, respectivamente. Para o Grupo de Condução Específico da Atenção Básica, apresentou-se como titular a conselheira Rosilda Veríssimo, representante da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), segmento profissionais de saúde. Para a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), o conselheiro Raphael Henrique Travia, representante da Igreja Batista Farol, segmento dos usuários, passou de suplente para titular, e como suplente apresentou-se o conselheiro Valmor João Machado, representante da ADIJO, segmento usuários; 13) Ofício nº 359/12-GUPCAA/Programação (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), recebido em 16.07.2012, solicitando indicação de dois representantes, titular e suplente, para representar o CMS na Comissão de Acompanhamento do Convênio entre a SMS e o Hospital Bethesda; 14) Ofício nº 360/12- GUPCAA/Programação (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), recebido em 16.07.2012, solicitando indicação de dois representantes, titular e suplente, para representar o CMS na Comissão de Acompanhamento do Convênio entre a SMS e o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt; 15) Memorando Interno nº 074/2012-GUAF (Gerência da Unidade Administrativa e Financeira), recebida em 16.07.2012, em resposta ao ofício nº 017/2012/CLS São Marcos, encaminhando cópia da implantação da UBSF São Marcos; 16)Correspondência da Fundação Pró-Rim, recebida em 04.07.2012, encaminhando Relatório de Atividades e Balanço Geral- demonstrativo financeiro referente ao ano de



95 2011; 17) A secretaria executiva informa que foram reativados os conselhos locais de  
saúde dos bairros Fátima, Glória, Rio da Prata e Parque Guarani; 18) A SMS encaminhou  
ofício nº 063/2012, referente contrato com empresa HELPCON- Construções, Projetos e  
Serviços: “A Secretaria de Saúde vem por meio desta informar aos membros do egrégio  
100 *Conselho os fatos e as providências que estão sendo tomadas no intuito de  
responsabilizar a empresa HELPCON- Construções, Projetos e Serviços LTDA. Em 10 de  
agosto de 2011, esta Secretaria firmou contrato com a empresa HELPCON, de  
propriedade do senhor Rodrigo Hartmann Dobner, na forma de Edital de Tomada de  
Preços nº 123, em conformidade com a Lei nº 8666, alterada pela Lei nº 8883 e Lei nº  
9648. O referido contrato tinha como objetivo a contratação de empresa para elaboração  
105 de projetos executivos, de arquitetura e engenharia, laudos técnicos, orçamentos e  
cronograma para as intervenções e obras destinadas à Secretaria da Saúde. A empresa  
acima citada não cumpriu com os prazos estabelecidos para entrega dos projetos, vindo a  
comprometer o cronograma de obras e reformas desta Secretaria. Saliencamos ainda que  
esta Secretaria encaminhou correspondência à empresa, e realizou várias reuniões no  
110 intuito de receber os projetos contratualizados, sem obter sucesso. Diante dos fatos  
acima mencionados, não restou outra opção a esta Secretaria, a não ser solicitar a  
abertura de processo administrativo, para apurar o descumprimento do contrato nº  
303/2011, e não realizar a prorrogação do contrato, tendo em vista que a empresa não  
cumpre com seus compromissos, vindo a prejudicar toda uma comunidade.” O Presidente  
115 lembrou que devido a este rompimento de contrato, deve haver atraso em algumas obras  
que estavam sob responsabilidade desta empresa. 19) Ofício da Controladoria Geral da  
União (CGU), encaminhando Resultado Final da Conferência Nacional sobre  
Transparência e Controle Social (CONSOCIAL), com oitenta diretrizes/propostas  
priorizadas, e informando que a CGU está trabalhando na análise de todas as propostas  
120 aprovadas a fim de dar-lhes o devido tratamento, sendo que algumas propostas e moções  
que tratam de projetos de Lei em tramitação, já foram encaminhadas ao Congresso  
Nacional. Os demais encaminhamentos poderão ser acompanhados no Portal da  
CONSOCIAL e nos perfis das redes sociais, que continuarão ativos como canal  
permanente de comunicação; SUBSTITUIÇÃO DE CONSELHEIROS 1) Ofício nº 259/12-  
125 MDV (Maternidade Darcy Vargas), recebido em 26.06.2012, informando que a  
representante suplente conselheira Shirley Nunes Tarouco, passa a ser a representante  
titular, em substituição à conselheira Heloisa Hoffmann, e indicando Dr Fernando Marques  
Pereira para a suplência; JUSTIFICATIVAS DE FALTA 1) Ofício nº 076/2012 do Núcleo  
de Gestores da ACIJ, recebido em 04.06.2012, justificando ausência de seus  
130 representantes na assembleia do dia 25.06.2012, devido a titular estar em reunião da  
Diretoria da ACIJ, e o suplente estava em cirurgia; **A justificativa foi aprovada pela  
maioria dos conselheiros presentes.** ENCAMINHAMENTOS 1) Ofício nº 215/2012-  
GUPCAA/Programação (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e  
Auditoria), recebido em 05.07.2012, encaminhando *minuta* do novo instrumento convencional  
135 proposto e a ser celebrado entre SMS e Instituição Bethesda- **O encaminhamento à  
Comissão de Assuntos Internos (CAI) foi aprovada pela maioria dos conselheiros  
presentes;** 2) Ofício nº 358/12-GUPCAA/Programação (Gerência da Unidade de  
Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), recebido em 05.07.2012 encaminhando  
*minuta* do 1º Termo Aditivo ao Convênio a ser firmado entre SMS e 8ª Batalhão da Polícia  
140 Militar- Paramédicos- **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos (CAI) foi  
aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.1 Doutor Alan, cumprimentou*



145 todos os presentes, e passou a apresentar a proposta de implantação do segundo Centro  
de Especialidades Odontológicas- CEO tipo II. Considerou que o município de Joinville  
tem uma população de 515.000 (quinhentos e quinze mil) habitantes, e conta somente  
150 com um CEO Tipo II, sendo que a recomendação, pelo Plano Estadual de Odontologia  
Especializada de 2004, é de um CEO tipo II para cada 250.000 (duzentos e cinquenta mil)  
habitantes, dizendo que soma-se a isto a inexistência da oferta do serviço de prótese  
dentária em Joinville. Apresentou um diagnóstico atual da demanda reprimida no CEO II,  
155 localizado no PAM do Bucarein: procedimentos de endodontia geral, a demanda reprimida  
é de 2.114 (dois mil cento e quatorze) pacientes, sendo a média de espera pelo  
atendimento de dois anos para a primeira consulta e um mês para retorno; em  
procedimentos de periodontia geral, existem 594 (quinhentos e noventa e quatro)  
pacientes na fila de espera, sendo a espera de um ano para primeira consulta, e cinco  
meses para retorno; nos procedimentos de buco maxilo geral, existem 309 (trezentos e  
160 nove) pacientes na fila, sendo a espera de dois meses para primeira consulta e dois  
meses para retorno; nos procedi de buco maxilo facial adulto, no HMSJ, existem 526  
(quinhentos e vinte e seis) pacientes na fila de espera, sendo a espera de dois anos para  
a primeira consulta, e um mês retorno. Diante do exposto, pontuou que nota-se a  
necessidade da Implantação de mais um CEO Tipo II no Município, como também o  
165 Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD). Expôs que a proposta é para  
instalação do CEO II no Núcleo de Reabilitação Labiopalatal (NRLP) – Centrinho, e  
apresentou as seguintes justificativas: disponibilidade plena da infraestrutura no período  
vespertino (13-19h) para o serviço; equipamentos odontológicos já instalados;  
profissionais necessários aprovados em concurso; além das seguintes características  
170 físicas, disponíveis para a implantação do CEO: área da infraestrutura de 286,74 m<sup>2</sup>  
(duzentos e oitenta e seis vírgula setenta e quatro metros quadrados), contendo sete (07)  
módulos odontológicos, área de assepsia, esterilização e escovódromo, instalações  
sanitárias para os pacientes, instalações sanitárias para os profissionais, espaço físico  
para implantação do laboratório de prótese (24,60 m<sup>2</sup>- vinte e quatro vírgula sessenta  
175 metros quadrados), e um aparelho de Raios-X dentário periapical. Apresentou a proposta  
de recursos humanos necessários para o serviço, sendo: 11 (onze) cirurgiões-dentistas,  
totalizando 165 (cento e sessenta e cinco) horas semanais (mínimo cento e sessenta  
horas por semana), sendo 03 (três) endodontistas, 02 (dois) buco-maxilo-faciais para  
cirurgia oral menor, 01 (um) buco-maxilo-facial com ênfase em Estomatologia, 02 (dois)  
periodontistas, 01 (um) cirurgião especializado em atendimento a pacientes com  
necessidades especiais, e 02 (dois) protesistas. Citou outros recursos humanos que  
serão necessários para o serviço: 01 (um) técnico em prótese dentária, 06 (seis)  
auxiliares em saúde bucal (ASB), 01 (um) agente de saúde pública (ASP), 01 (um)  
zelador, totalizando 20 (vinte) profissionais. Demonstrou a estimativa de custos para  
180 implantação, sendo necessários inicialmente R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais) para compra  
de equipamentos. Pontuou que de acordo com a Portaria GM/MS 1.341 de 13 de junho de  
2012 do Ministério da Saúde (MS), existe o recurso federal no valor de R\$ 75.000,00  
(setenta e cinco mil Reais), além do recurso proveniente da Secretaria de Estado da  
Saúde (SES) no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil Reais), totalizando R\$ 96.000,00  
185 (noventa e seis mil Reais). Apontou também os recursos mensais necessários para  
manutenção, sendo o recurso federal, de acordo com a Portaria do MS citada, no valor de  
R\$ 11.000,00 (onze mil Reais) mensais, e recurso proveniente da SES no valor de R\$  
2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta Reais) mensais, perfazendo um total de R\$



13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta Reais) por mês. Esclareceu que as despesas para contratação de profissionais seria por conta da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), no valor de R\$ 81.160,00 (oitenta e um mil cento e sessenta Reais) mensais. Considerou que para implantação do projeto, estão ainda pendentes a aprovação junto ao Conselho Municipal de Saúde, e abertura de vagas junto ao Núcleo de Gestão de Pessoas. **Manifestações:** conselheiro Sérgio Sant'anna expressou opinião de que se este projeto for implantado no Centrinho, que fica localizado em uma região onde passam poucas linhas de ônibus, não beneficiará a população mais necessitada, e perguntou sobre a possibilidade de implantação em Prontos Atendimentos (PAs), que segundo ele, ficam em regiões com mais fácil acesso para população carente. A secretária municipal de saúde, senhora Antonia Maria Grigol, esclareceu que a implantação do CEO é uma necessidade no município, devido a demanda reprimida existente, e considerando que nos PAs existe atendimento odontológico, e que no Centrinho existe um espaço ocioso, adequado às necessidades do CEO, decidiu-se pela implantação neste local. Acrescentou que o CEO atenderá à demanda de encaminhados para especialidades. Conselheira Rosinete Fátima Ferreira Neto sugeriu que se contate os órgão competentes, com o objetivo de se prover a melhoria de acesso, aumentando o número de linhas de ônibus que passem pelo local. O Presidente questionou se o valor destinado à contratação de profissionais já está disponível. A secretária respondeu que este valor sai da Prefeitura, e quando se faz um concurso público, destina-se um recurso à possíveis contratações, porém só é disponibilizado após abrir a vaga. O Presidente esclareceu aos conselheiros que a Câmara de Vereadores aprovou o CEO tipo III (três), e o que foi apresentado é o CEO tipo II (dois), que passará a funcionar a partir de fevereiro do ano de dois mil e treze. A secretária Antônia lembrou aos conselheiros que o CEO tipo III (três), é o CEO feito em parceria com a Univille e com a Amunesc, e que conta com oito especialidades odontológicas, e pontuou: *“a partir de dois mil e treze, nós teremos em Joinville, dois CEOs tipo dois, com quatro especialidades odontológicas, e um CEO tipo três, com oito especialidades odontológicas”*. **O Programa Centro de Especialidades Odontológicas-CEO tipo II foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.2 Conselheira Márcia Schneider cumprimentou todos os presentes e, explicou que as Diretrizes e Estratégias para o Plano Municipal de Saúde 2014-2017, que serão apresentadas, foram o resultado do trabalho do Grupo de Estudo, formado por conselheiros e acompanhado por técnicos da SMS, que reuniram-se em sete encontros, com duração de quatro horas cada encontro. Passou a apresentar a proposta de Diretrizes e Estratégias, conforme segue: DIRETRIZ: aperfeiçoar o monitoramento das ações e resultados pelos profissionais e conselheiros; ESTRATÉGIAS: fortalecer comissões temáticas de áreas estratégicas (protocolos, etc); instituir o monitoramento detalhado das ações com comprometimento dos responsáveis; implementar o Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade (PMAQ). DIRETRIZ: informatização da rede assistencial de apoio e logística. ESTRATÉGIAS: unificar, integrar e simplificar instrumentos de coletas de dados; disponibilizar informações aos usuários e equipes de saúde; integrar os registros dentro da saúde e com outras instituições (outras políticas públicas); fortalecer a parceria com os serviços privados (não necessariamente contratados), compartilhando dados, procedimentos e protocolos clínicos. DIRETRIZ: monitorar o aporte e aplicação dos recursos financeiros segundo sua vinculação; ESTRATÉGIAS: monitorar o depósito das dotações previstas de recursos federais e estaduais (Pacto, PPI, Programas,...); monitorar o empenho dos recursos segundo sua vinculação (bloco de financiamento, componentes,



programas,...); aperfeiçoar a área de Contratos e Convênios/UAF para a captação proativa de recursos financeiros (monitoramento de editais, formatação de projetos, elaboração de pré-projetos [antes da emissão de editais], redação,...) através de projetos junto ao MS e outros órgãos de fomento. DIRETRIZ: integrar as ações de saúde com outras políticas públicas. ESTRATÉGIAS: estabelecer reuniões periódicas entre os representantes da SMS nos diversos Conselhos (desenvolvimento, criança...); solicitar a intervenção do prefeito na participação de outras instituições nos grupos de trabalho (ex. Saúde do Idoso, Saúde do Homem) para desenvolver Planos de ação intersetoriais enfatizando as responsabilidades de cada ente. DIRETRIZ: efetivar a Atenção Básica ampliando a cobertura e provendo meios para sua resolutividade; ESTRATÉGIAS: implantar o prontuário eletrônico; definir os problemas de saúde prioritários para pactuação de linhas de cuidado (atribuições profissionais, fluxo do atendimento, acesso a referência e matriciamento) e um cronograma para sua implementação; implantar coleta descentralizada para exames e acesso a um elenco de procedimentos complementares necessários; implementar a oferta do elenco básico de medicamentos; instituir manutenção preventiva de equipamentos e otimizar sua reposição; focar ações de atenção primária a saúde aos membros das famílias cadastradas no bolsa família (aumentando sua captação e reduzindo a perda do seu segmento) como piloto para extensão a outros grupos de risco (gestão de casos); ampliar a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) para 70% (setenta por cento). DIRETRIZ: pactuar o papel de cada unidade e agente nas linhas de cuidado; ESTRATÉGIAS: definir as atribuições de cada Ponto de Atenção concentrando a tecnologia 'pesada'; definir o fluxo dos usuários entre as Unidades de Saúde e Serviços, segundo linhas de cuidado; divulgar a organização da rede aos usuários e profissionais de saúde; otimizar o uso dos espaços físicos e equipamentos disponíveis; capacitação, quadro de servidores efetivos; elaborar protocolos clínicos e instituir a regulação médica; fomentar os serviços privados a executar ações de promoção de saúde e diagnóstico precoce (ex. teste rápido HIV e sífilis nos recém nascidos). DIRETRIZ: adequar a oferta de serviços às necessidades locais; ESTRATÉGIAS: definir o dimensionamento das Unidades de Saúde e serviços considerando a organização da rede e as determinações legais; instituir um plano de crescimento da rede de longo prazo (10 anos) compatível com a previsão de crescimento das regiões da cidade; fazer um levantamento dos terrenos públicos para aparelhos urbanos; instituir um cronograma de obras e monitoramento para a adequação das Unidades de Saúde (ambiência, normas e equipamentos), bem como para a emissão de alvarás de funcionamento; fazer um levantamento dos terrenos públicos para aparelhos urbanos; instituir um cronograma de obras e monitoramento para a adequação das Unidades de Saúde (ambiência, normas e equipamentos), bem como para a emissão de alvarás de funcionamento; definir uma planta básica de unidades de saúde; instituir um cronograma de construção de unidades próprias e abolição dos contratos de alugueres. DIRETRIZ: revisar a política de gestão de pessoas; ESTRATÉGIAS: definir e manter atualizado o quadro ideal de profissionais por unidade de saúde para atender suas finalidades; rever o processo de reposição e contratação; acompanhar a formação de recursos humanos em saúde das instituições de ensino que mantém convênio com a SMS; estruturar a educação permanente; estabelecer um programa de capacitação de gestor, gerentes e coordenadores, abrangendo outros profissionais (lideranças); implantar controle de ponto eletrônico em todas as Unidades de Saúde; implementar incentivo financeiro ao profissional alcance de metas da equipe de saúde; divulgar a política e



metodologia da Avaliação de Desempenho do Servidor. DIRETRIZ: rever as pactuações com os demais municípios; ESTRATÉGIAS: despactuar unilateralmente as referências não exigidas no Plano Diretor de Regionalização (PDR) e por outros instrumentos, para 285 cujos serviços haja demanda reprimida em Joinville; divulgar a referência intermunicipal e os procedimentos envolvidos (Tratamento Fora do Domicílio, Central de Regulação, Fila de Transplantes,..); vincular atendimentos ao cartão SUS. DIRETRIZ: fortalecer o vínculo entre o cidadão e as instituições de saúde, com ênfase na corresponsabilidade; 290 ESTRATÉGIAS: divulgar a responsabilidade do cidadão na gestão do bem público (direitos e deveres) e os órgãos envolvidos (CLS, CMS, ouvidoria); capacitar os conselheiros e lideranças comunitárias; aumentar a autonomia administrativa da coordenação e equipe de saúde das Unidades de Saúde (interlocutora com o CLS). **Manifestações:** conselheiro Edson Sydnei de Campos parabenizou o Grupo pelo trabalho realizado, e manifestou que, em sua opinião, faltou uma diretriz para especificar a 295 ampliação do modelo de Estratégia de Saúde da Família (ESF), comentando que no modelo atual, não é possível que um clínico faça um acompanhamento de um paciente que tenha câncer, por exemplo. E além disso, expressou que deveria haver uma diretriz determinando a porcentagem de cobertura da ESF para daqui a cinco anos. Disse 300 também que faltou diretriz referente à formação de profissionais para área da saúde. Conselheira Marcia disse que, para formação de profissionais de saúde, já existe o projeto Pró-Saúde e, além disso, a SMS tem o Progesus, que tem por objetivo a capacitação dos profissionais da Secretaria. E pontuou que existe uma diretriz com objetivo de estruturar uma Política de Recursos Humanos, específica da SMS, com 305 diferenciais da Política da Prefeitura, e que atenda às necessidades diferenciadas da área da saúde. Conselheiro Edson complementou que existem recursos públicos envolvidos na formação do profissional de saúde. Conselheira Michele de Souza Andrade concordou com o conselheiro Edson, expressando que faltou uma meta em relação a ESF, e no Plano em andamento, a meta era de ampliar a cobertura para um total de 70% (setenta 310 por cento). Explicou que houve uma série de fatores que prejudicaram o alcance desta meta, como por exemplo, alguns recursos financeiros para construção de UBS que eram esperados, mas não vieram; problemas com a construtora, que não cumpriu prazos, conforme já citado nesta reunião, e assim por diante. Sugeriu que se estabelecesse para o próximo Plano, esta meta de 70% (setenta por cento), o que segundo ela, para uma 315 cidade do porte de Joinville, seria uma cobertura excelente. Também concordou que é importante o acompanhamento da formação de profissionais de saúde, considerando que eles usam as unidades da SMS como estágio. Explicou que esse é um dos objetivos do Progesus, que é o setor de gestão no trabalho e educação na saúde, instituído no ano passado na SMS. Falou que no último ano, este setor começou a fazer um 320 acompanhamento junto às Instituições de ensino, e que a meta para o próximo ano, é que este acompanhamento se intensifique. Considerou que assim, a SMS poderá especificar o local de estágio destes estudantes, sendo que hoje, é a instituição de ensino que determina o local, o que nem sempre condiz com a necessidade da Secretaria. A secretária Antônia lembrou aos conselheiros que a ESF refere-se a uma equipe, com área 325 de abrangência para mil famílias, mas salientou que é importante destacar que a cobertura da Atenção Básica (AB) no município é de 100% (cem por cento). Citou a pediatria como exemplo, dizendo que existem na AB quarenta pediatras, mas na ESF o profissional médico também atende criança, portanto, existem no município 86 (oitenta e seis) profissionais que atendem a crianças, considerando que são quarenta e seis



330 equipes de ESF. Conselheiro Edson sugeriu o acréscimo de uma diretriz que determine o  
acompanhamento da formação de profissionais de saúde das instituições de ensino que  
mantém convênio com a SMS. A secretária Antônia considerou que a partir do ano de  
dois mil e nove, todas as instituições de ensino conveniadas com a SMS, passaram a ter  
a responsabilidade da contrapartida. Em alguns casos, a SMS tem usado o espaço físico  
335 da instituição para capacitações, ou os profissionais das instituições dão palestras para os  
profissionais da Secretaria, e assim por diante. Conselheiro Tônio Tromm expressou que  
falta o acompanhamento por parte do CMS, do que está sendo aprovado em Plenária.  
Michele lembrou que a cada quatro meses a SMS apresenta ao CMS a prestação de  
contas, que é o meio do CMS fazer o acompanhamento. Acrescentou que o Plano  
340 Municipal é uma carta de intenções do gestor, mas se vai ser possível ou não cumprir  
essas intenções, dependerá de muitos fatores, como por exemplo, recursos financeiros e  
humanos que se terão à disposição. Conselheira Rosilda Veríssimo manifestou-se,  
dizendo que na questão da informatização, é muito importante analisar o tipo de  
equipamento que será usado, e também cobrar das empresas conveniadas, que o uso de  
345 *softwares* seja compatível com a necessidade, pois há casos em que a informatização  
tem mais atrapalhado do que ajudado, por serem usados equipamentos muito antigos e  
programas que os empregados não conseguem aprender a usar. Mencionou também a  
questão da estabilidade do funcionário público, dizendo que é necessário encontrar um  
meio de haver uma avaliação do funcionário, para que ele permaneça na função se for  
350 competente para isso, não por indicação política, e ao mesmo tempo, que o bom  
funcionário seja de alguma forma recompensado pelo seu bom desempenho. A secretária  
informou que a SMS adquiriu 374 (trezentos e setenta e quatro) computadores com  
impressoras, que serão entregues em três etapas, somente para a AB. Além disso, todos  
os coordenadores receberam o prazo até o dia de amanhã, para entregar a SMS uma  
355 lista com todos os equipamentos que sua unidade necessita, para que sejam  
providenciadas as compras. Em relação aos *softwares*, pontuou que a Secretaria está  
locando inicialmente um *software* para a farmácia, que será testado em três unidades e,  
em caso de aprovação do mesmo, ele será implantado em toda a rede, o que resultará  
em uma economia, para a SMS, de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de Reais), pois irá  
360 prevenir o desperdício na entrega de medicamentos. Em relação ao prontuário eletrônico,  
considerou que é uma medida muito positiva, porém não é possível fazer tudo de uma  
vez, é preciso fazer por etapas, e a primeira etapa será a informatização da farmácia.  
Falou também que as compras realizadas pela SMS, agora são feitas sempre de acordo  
com as indicações de uma Comissão de Qualificação. Apontou algumas aquisições e  
365 medidas tomadas pela SMS a fim de melhorar a qualidade do atendimento. O Presidente  
expressou que o estatuto do servidor menciona o processo administrativo como meio de  
punir o mau funcionário, e muitas vezes o gestor não exonera o mau servidor por  
interesses maiores. Disse que não há desculpa para que o cidadão seja mal atendido  
quando procura atendimento em uma Unidade de Saúde ou no Hospital, e tanto o CMS  
370 quanto os conselhos locais de saúde (CLS), que estão inseridos nos bairros, e inteirados  
da situação da sua unidade, devem fiscalizar e fazer valer a Lei que garante o direito de  
bom atendimento à população. Conselheira Michele relatou que recentemente  
encaminhou dois funcionários para o processo administrativo disciplinar, e expressou que  
a estabilidade é importante, porém é exagerada, pois em alguns casos, serve como  
375 proteção para funcionários que não cumprem seu papel. Disse que este processo é difícil,  
pois é necessário levantar vários documentos, e relatos, e a maioria das vezes, por faltar





meios de se provar o mau comportamento, o servidor fica impune. Conselheiro Raphael Henrique Travia considerou que é difícil também para o cidadão, citando exemplo de que certa vez registrou ocorrência na Ouvidoria, referente a um mal atendimento, e disse que lhe foi solicitado o relato de duas testemunhas, justificando que o servidor público tem o comportamento ético como pressuposto. Conselheira Rosinete, referindo-se ao Estatuto do Servidor, expressou: *“eu tenho dúvida se nós, enquanto Conselho, podemos interferir”*. Conselheiro Edson concordou, dizendo que o CMS pode procurar conhecer a Política de Recursos Humanos, porém é difícil para o CMS interferir. A secretária manifestou que os conselheiros estão corretos, pois esta área não é prerrogativa do Conselho. Conselheira Marcia lembrou que estas diretrizes comporão o Plano Municipal que será da SMS, e não é um Plano para ações do Conselho. Conselheiro Lourenço Foss Joenk parabenizou o grupo pelo trabalho, e mencionou que um problema que ocorre é o de comunicação entre as unidades, referente à logística de distribuição de medicamentos. Disse que às vezes falta um tipo de medicamento em uma UBS, mas tem em outra, e quem fica procurando de unidade em unidade é o paciente. Expressou que seria melhor que a própria unidade se responsabilizasse por essa transferência, a fim de evitar transtornos, ou até mesmo reclamações que chegam à mídia, sem necessidade. Conselheira Marcia agradeceu ao empenho de todas as pessoas e membros do Grupo de Estudo, que se esforçaram na realização deste trabalho. Conselheira Michele informou que serão realizados seminários internos, com os funcionários da SMS, a fim de apresentar e discutir essas diretrizes, *“se eles não se sentirem inseridos nesse processo, depois eles não vão executar os Planos que a gente elaborar a partir destas estratégias”*, considerou. Acrescentou que destas discussões, provavelmente surgirão novas sugestões e, no final, será feita uma Audiência Pública, com a participação do CMS, onde a população será convidada também a participar, e serão então definidas as diretrizes e estratégias finais para o Plano Municipal. Disse que após isso, a SMS elaborará um Plano de Ação para cada estratégia. Conselheira Rosilda expressou que seria importante a inclusão da expressão *“divulgar a política de avaliação de desempenho do servidor”*. **As Diretrizes e Estratégias do Plano Municipal de Saúde foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** Conselheira Marcia lembrou aos conselheiros que é papel de todo conselheiro acompanhar, e perceber se as diretrizes e estratégias aqui aprovadas realmente comporão o Plano Municipal. O Presidente passou a presidência da Mesa à vice-presidente, conselheira Michele, tendo em vista que seu nome está envolvido em um dos Pareceres da Comissão de Ética e Conduta que serão apresentados. **2.3** Conselheiro Sérgio Sant'anna, membro da Comissão de Ética e Conduta, passou a apresentar os Pareceres da Comissão, conforme segue: *“Parecer nº. 02/12 da Comissão de Ética e Conduta do Conselho Municipal de Saúde Considerando, - a denúncia feita no dia 28.03.2012 pelo Sr. Rui Silva Silveira, de que na Assembleia Ordinária realizada no dia 26.03.2012 por este conselho, houve politicagem na reunião, quando próximo do encerramento, o presidente do conselho Sr. Valmor João Machado passou a palavra, para fazer sua despedida, ao conselheiro Sr. José Martins, que estava se afastando da função de conselheiro para ser candidato a vereador; - ao avaliar a denúncia, não se cumpriu o motivo da mesma, e sim foi cumprido o artigo 8º, parágrafo único do Regimento Interno deste Conselho (Artigo 8º - Os membros do CMS não deverão usar de tal condição, como forma de promoção pessoal nem de campanhas políticas partidárias. Parágrafo Único: O conselheiro que desejar candidatar-se a cargo eletivo [municipal, estadual, federal] deverá solicitar seu afastamento com seis meses de antecedência do*



pleito eleitoral). Após a reeleitura da Ata de Reunião, verificou-se que foi dada a palavra ao  
425 conselheiro Sr. José Martins para sua despedida do conselho pelo serviço voluntário  
prestado ao Conselho Municipal de Saúde de Joinville/SC, e o mesmo não fez campanha  
política na ocasião. Pelo exposto, Recomendamos à Mesa Diretora deste conselho que: 1  
- seja arquivada a denúncia referente à politicagem no Conselho Municipal de Saúde por  
falta de provas concretas. Joinville, 25 de junho de 2012.” **O Parecer foi aprovado pela**  
430 **maioria dos conselheiros presentes. 2.4** “Parecer 01/12 da Comissão de Ética e  
Conduta do Conselho Municipal de Saúde Considerando, - que após a oitiva das partes,  
Sra. Janaina Martins, Sra. Sueli Mariene de Oliveira, e Sra. Maria Debacker Maiochi, a  
Comissão de Ética e Conduta não encontrou fatos/indícios que demonstrassem que a  
conselheira Sra. Maria Debacker Maiochi tenha utilizado da prerrogativa da sua função  
435 ocupada até então, como presidente do CLS do Vila Nova, para benefício próprio ou de  
outrem; Pelo exposto, Recomendamos à Mesa Diretora deste conselho que: 1 - A  
coordenação da Regional do Vila Nova realize periodicamente, pelo menos uma vez ao  
ano, oficinas de acolhimento para os servidores lotados na unidade, visando reduzir as  
queixas de atendimento por parte dos usuários; e 2 - O CLS do Vila Nova seja capacitado  
440 para compreender o real papel do “ser conselheiro”, seus direitos e deveres; 3 – Por fim,  
a Comissão de Ética e Conduta deste Conselho recomenda que seja arquivada a  
denúncia contra a Sra. Maria Debacker Maiochi por falta de provas concretas. Joinville,  
19 de junho de 2012”. **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros**  
**presentes.** Na sequência, Michele mencionou, como informativo aos conselheiros, ofício  
445 encaminhado pela secretária Antônia, à Secretaria Executiva do CMS, informando que  
nos dias 30 e 31 de agosto, Joinville sediará um encontro de secretários municipais de  
saúde de Santa Catarina, com o tema: “De Gestor para Gestor- Transição,  
Responsabilidades e Legados Positivos aos Futuros Gestores do Sistema Único de  
Saúde”, e que em breve será encaminhada a Programação completa, bem como convite  
450 aos conselheiros que desejarem participar. Michele passou a presidência da Mesa  
novamente ao conselheiro Valmor. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho  
Municipal de Saúde de Joinville, conselheiro Valmor João Machado deu por encerrada a  
centésima trigésima oitava Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de  
Saúde, às vinte horas e trinta minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a  
455 presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as):  
**Michele de Souza Andrade, Fernando Marques Pereira, Caio Martins Tavares, Edson**  
**Sydnei de Campos, Giscard Siervo Conte, Marcia Schneider, Rosilda Veríssimo,**  
**Guilherme Roos, Adrian Mauricio Stockler Schnier, Nelson Renato Esteves, Lorival**  
**Pisetta, Denise da Silva Gava, Valmor João Machado, Julio Manoel Maria, Sergio**  
460 **Sant'anna, Terezinha Vieira de Castro, Mario Luiz Alves, Raphael Henrique Travia,**  
**Rosinete Fátima Ferreira Neto, Tônio Tromm, Milton Jaques Zanotto, Alaíde Correia**  
**André, Marli Lipinski Wulff, Euclides Paterno, Luiz Manoel Ferreira Vasconcelos,**  
**Lourenço Foss Joenk, Pedro Celestino da Silva Junior, Marcilio da Silveira, José**  
**Floresval de Castilho, José Declarindo dos Santos,** quatro representante dos  
465 Conselhos Locais de Saúde, representantes da Unidade de Saúde do Jarivatuba e da  
Maternidade Darcy Vargas.